

**A cidade das bordas: sobre as representações sociais das paisagens de favela
no bairro Palmeiras - São Gonçalo em um contexto desenvolvimentista**

*La ciudad de los bordes: sobre las representaciones sociales de los paisajes de la favela en el
barrio de Palmeiras - São Gonçalo en un contexto desarrollista*

Felipe de Oliveira Barros Lima

Arquiteto e Urbanista (FAU-UFRJ), mestrando no programa de pós-graduação em Arquitetura – PROARQ, pesquisador do
Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura- LASC.
felipe.lima@fau.ufrj.br

Ethel Pinheiro Santana

Arquiteta e Urbanista (FAU-UFRJ), Profa. Dra. da FAU e do PROARQ/UFRJ, coordenadora do Laboratório Arquitetura,
Subjetividade e Cultura- LASC.
ethel@fau.ufrj.br

RESUMO

O presente artigo trata das mudanças na paisagem periférica geradas por políticas urbanas desenvolvimentistas em um contexto de economia exploratória. Propõe-se, através desse ensaio, o debate sobre a exclusão socioespacial de comunidades marginalizadas junto às obras que se colocam como marcos do desenvolvimento no Brasil, tomando como recorte o caso do bairro Palmeiras, em São Gonçalo-RJ. Esse artigo objetiva demonstrar algumas das representações da paisagem em transformação no Complexo do Salgueiro, sob a ótica de moradores locais através da pesquisa experiencial e observação de viés etnotopográfico. Para isso, foram realizadas visitas a campo pelo método walkthrough, com a realização de desenhos, fotos, anotações e entrevistas informais que auxiliaram na elaboração de mapas e diagramas. Através da pesquisa foi possível perceber que há níveis de segregação socioespacial mesmo dentro da própria comunidade do Salgueiro e as falas dos moradores confirmam a estratificação como uma realidade local. Tal situação é ainda agravada pela falta de políticas públicas e conflitos territoriais recorrentes.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem social; segregação socioespacial; sul global; urbanidade; direito à cidade.

ABSTRACTO

Este artículo aborda los cambios en el paisaje periférico que generaron las políticas urbanas desarrollistas en un contexto de economía exploratoria. Se propone, a través de este ensayo, el debate sobre la exclusión socioespacial de las comunidades marginadas junto con las obras de construcción que se erige como hitos del desarrollo en Brasil, centrándose en el caso del distrito de Palmeiras, en São Gonçalo-RJ. Este artículo tiene como objetivo demostrar algunas de las representaciones del paisaje cambiante en el Complejo Salgueiro Favela, desde la perspectiva de los residentes locales a través de la investigación experiencial y la observación etnotopográfica. Para ello, se realizaron visitas de campo mediante el método de recorrido, con dibujos, fotos, apuntes y entrevistas informales que ayudaron en la elaboración de mapas y diagramas. A través de la investigación fue posible percibir que existen niveles de segregación socioespacial incluso dentro de la misma comunidad de Salgueiro y los discursos de los habitantes confirman la estratificación como una realidad local. Esta situación se agrava aún más por la falta de políticas públicas y los recurrentes conflictos territoriales.

PALABRAS CLAVE: Paisaje social; segregación socioespacial; sur global; urbanidad; derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

Uma rodovia, o Arco Rodoviário, rapidamente se desenrola sobre a terra nas bordas do Rio de Janeiro. (...) A via atravessa alguns centros urbanos, inclusive favelas e áreas agrícolas pouco utilizadas, porém também devasta ou degrada progressivamente áreas florestadas de grande valor próximas à cidade. (FORMAN, 2011)¹

A realidade urbana brasileira é historicamente marcada pela segregação espacial e desigualdade social, que ocorrem em diversos níveis - e um deles é no estrato espacial. Tal questão se intensifica com as políticas adotadas pelo poder público frente às pressões do capital no modelo atual do sistema econômico brasileiro. Com uma realidade neoextrativista (proposto por Eduardo Gudynas, 2019), em que se enxerga na monetização dos recursos naturais a oportunidade do desenvolvimento econômico, as demandas de assentamentos de superestruturas da indústria ganham destaque em detrimento das necessidades infraestruturais de populações locais - que são diretamente afetadas pelo impacto ambiental resultante de um sistema exploratório. Essa relação tem modificado substancialmente a produção das paisagens brasileiras no século XXI e das representações sociais periféricas.

Assim, este artigo propõe o debate sobre a exclusão socioespacial de comunidades em condições precárias junto às obras civis que se colocam como marcos do desenvolvimento no Brasil, tomando como recorte o caso do bairro Palmeiras, em São Gonçalo-RJ, dentro da Comunidade do Salgueiro. A comunidade local se encontra segregada do resto da cidade, não apenas por discursos de caráter moralista, mas também por meio de barreiras físicas criadas por elementos de infraestrutura como a via expressa BR-101 e a retificação do canal do rio Alcântara, trazendo a baixa qualidade ambiental para dentro da imagem local.

A pesquisa se justifica na contribuição para o necessário diálogo entre a população local e os profissionais que pesquisam e produzem o espaço público, colocando em questão as demandas e desventuras de uma população segregada.

Utilizou-se como base de toda a discussão teórica os conceitos de paisagem de Jean-Marc Besse e a crítica à relação exploratória dos recursos naturais proposta por Eduardo Gudynas e Klaus Meschkat para se aproximar dos dilemas do modelo desenvolvimentista brasileiro e suas consequências para o meio ambiente e, de maneira mais imediata, para as populações em situação de fragilidade social.

ENTRE A CRISE DO ANTROPOCENO E A LÓGICA DA SUSTENTABILIDADE

Em palestra ministrada no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRJ (PROARQ) em 2022², o professor Pierre Fernandez citou o Relatório Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD com o objetivo de disseminar a ideia de desenvolvimento sustentável. Pierre elencou as diversas nuances de como o pensamento mundial se voltou para o problema da insustentabilidade do padrão de consumo humano ao longo dos últimos anos. Instando por uma arquitetura do “desenvolvimento

¹ No prefácio do livro TÂNGARI, V.; REGO, A.; MONTEZUMA, R. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012.

² Fala do professor Pierre Fernandez durante palestra de abertura do 13º colóquio do PROARQ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7DtR0ue8lzk&list=PLj9y_o8Vb_mDRBvdCVxZS1Gh7qsHJFD0C>. Acesso em 03/03/2023.

urbano sustentável”, ele defendeu a necessidade de se integrar os objetivos de qualidade ambiental e produção consciente no processo de concepção de projeto de cidade(s): “se existir um arquiteto que não tem interesse em meio ambiente, significa que ele não tem interesse no quadro de vida e eu considero que ele deveria mudar de profissão!” (FERNANDEZ, 2022).

Isso significa que deve-se considerar a relação entre os critérios ambientais e os de projeto arquitetônico-urbanístico (implantação, morfologia, espacialidade e materialidade), de modo a garantir um desenvolvimento sustentável nos níveis social, econômico, político, cultural e ambiental, para “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer o seu próprio desenvolvimento” (BRUNDTLAND, 1991). A avaliação dessas metas, contudo, precisa utilizar-se de parâmetros mensuráveis para verificar as estratégias promotoras de precaução/prevenção, responsabilidade, flexibilidade e resiliência, num mundo ocidental cada vez mais atrelado às distâncias físicas e sociais, como estratégia de sobrevivência.

Há tempos se fala na crise do Antropoceno. O discurso original, dualista, de existência de uma humanidade destacada dos aspectos naturais (ou, da natureza em si), subjugando o segundo ao primeiro, não cabe no debate contemporâneo e é amplamente criticado por teóricos da área. No Brasil essa relação se dá sob um contexto neoextrativista em que mesmo governos progressistas enxergam na exploração da natureza um recurso para o desenvolvimento social sem, contudo, considerar as consequências do atual modelo³.

O antropocentrismo reproduz a fé em um crescimento econômico sempre expansivo, serve à mercantilização dos elementos e processos da Natureza e estimula a ilusão de que uma gestão financeirizada e rentista garantirá a proteção ambiental. (...) ao se assumir a valoração econômica, a Natureza imediatamente se transforma em um tipo de “capital” que pode ser intercambiado e substituído de forma plena por outras variedades de capital. (GUDYNAS, 2019, p.289)

O autor Eduardo Gudynas (2019) alerta para o problema da mercantilização de fatores não-monetários, a natureza ou o ser humano não podem ser valorados financeiramente sem que se recaia em problemas éticos. Para o autor, esse câmbio entre impacto ambiental e retorno financeiro é apenas simbólico, especulativo e não representa uma alternativa concreta. A questão se agrava quando alguns órgãos administrativos consideram que certos riscos ambientais devem ser aceitos em prol do desenvolvimento, situações em que as comunidades em situação de vulnerabilidade social geralmente são as mais expostas a esses riscos e tendem a ser a primeira classe afetada pelos impactos causados pelas operações de exploração. Tal imagem de espaço rechaçado, não valorizado ou depredado se torna, assim, objeto de uma representação social que diminui o valor da vida humana, no oposto do sentido que opera a sustentabilidade social.

Portanto, ao entender que determinados traços de rechaço espacial são também de rechaço à vida humana, esbarramos no dilema de continuar a pensar o espaço urbano como vínhamos fazendo há pelo menos cem anos: tecendo paisagens “sem trato”.

A PAISAGEM COMO PRODUTO CULTURAL E O DISCURSO DA MARGINALIDADE

³ Para maior aprofundamento sobre o tema ver: “Os governos progressistas e as consequências do neoextrativismo: Interesse geral da nação versus interesses particulares” de Klaus Meschkat no livro “Descolonizar o imaginário” da Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

Jean-Marc Besse (2014), ao elencar cinco portas para o estudo da paisagem, apresenta a paisagem como representação cultural e social, coletiva e/ou individual, além de um território produzido e praticado. “Foi possível mostrar que as determinações da construção paisagística também são econômicas, religiosas, filosóficas, científicas e técnicas, políticas, até psicanalíticas (BESSE, 2014, p.18)”. O autor afirma que podemos perceber como as mudanças na sociedade modificam as diferentes representações da paisagem junto à comunidade.

É possível, por exemplo, relacionar como as imagens das favelas cariocas são apresentadas em filmes nacionais e internacionais por cineastas, apropriando-se em determinados contextos de uma suposta “cultura favelizada”, carregada de estereótipos e dilemas, interferindo diretamente na relação do indivíduo com o lugar. Besse (2014) afirma que há uma codificação nacional e política do olhar paisagístico que faz existir a ideia de nação (ou comunidade) em seus aspectos materiais e imaginários dando uma aparência apreensível para a percepção identitária, na relação entre o “nós” e os “outros”.

A ideia que se impõe, em todos os casos, é que a paisagem é como um texto humano a ser decifrado, como um signo ou um conjunto de signos mais ou menos sistematicamente ordenado, como um pensamento oculto a ser achado por trás dos objetos, das palavras e dos olhares. (BESSE, 2014, p.21).

Essa relação pode ser percebida nas políticas públicas atuais na cidade de São Gonçalo-RJ, quando a maior propaganda partidária se refere a um “banho de asfalto na cidade”⁴. Na linguagem popular é recorrente a distinção de moradores da chamada cidade formal através do uso da expressão “casas do asfalto” em oposição aos “barracos” da favela. Esse recurso linguístico evidencia o quanto a pavimentação assume um caráter simbólico que influencia as representações sociais da comunidade. Entretanto, estas obras de infraestrutura, quando realizadas de forma inadequada, podem aumentar consideravelmente o nível de impermeabilização do solo e agravar problemas de enchentes nos casos em que a rede de drenagem não é suficiente para receber as águas dos períodos de chuvas fortes⁵.

Nesse discurso, cria-se um modelo caricato e fechado do que é a favela: um ambiente sempre lotado de casas mal-acabadas e becos claustrofóbicos, palco de violências e festas, algo exótico para a vista estrangeira - e que também é confrontado pela população residente. Há a construção de uma *paisagem da marginalidade*. Evidentemente, essa alegoria é incapaz de transmitir a complexidade do que é a favela vivenciada, para além das conotações pejorativas e superficiais. Mesmo a sua morfologia não é homogênea, se expressando de diferentes formas no Rio de Janeiro, por exemplo, e com variação ainda maior na escala nacional, nem todas as favelas acontecem em morros, nem todas são densas, nem todas estão ao lado de centralidades metropolitanas. Por isso, ao abordar os aspectos projetuais da paisagem, o pesquisador-arquiteto-urbanista deve considerar o quanto as ideologias se materializam nas grandes operações urbanas, nas iniciativas comunitárias e nas construções individuais.

⁴ Reportagem sobre o programa de pavimentação de São Gonçalo. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/asfalta-sao-goncalo-um-ano-de-banho-de-asfalto-na-cidade/>>. Acesso em 03/03/2023.

⁵ Para maiores detalhes sobre os problemas de drenagem urbana de São Gonçalo e suas consequências, ver o trabalho de mestrado da Thais Schlenz de Moraes, 2017.

A construção cultural das paisagens também deve levar em conta a dimensão de objetividade prática da paisagem, isto é, a sua parte irredutivelmente material e, sobretudo, espacial. (BESSE, 2014, p.26).

SOBRE A PAISAGEM DO BAIRRO PALMEIRAS, São Gonçalo

O complexo de favelas do Salgueiro é uma das maiores comunidades da cidade de São Gonçalo, que por sua vez é o segundo município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro. Em sua borda, no limite da cidade está o bairro Palmeiras, um dos mais precários do município. Sua paisagem é diversificada, contando com áreas habitacionais e naturais abrangendo parte da APA de Guapimirim na divisa com Magé. A comunidade foi uma das mais afetadas pelas políticas de construção civil e macroestratégias de desenvolvimento econômico do estado na expectativa do mercado petrolífero. (fig.1)

Fig.1- Mapa do recorte do bairro palmeiras.



Fonte: Intervenção sobre mapa do google Earth, 2022.

As obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) - projeto iniciado em 2006 - geraram a expectativa da oferta de 212 mil empregos, influenciando a economia em diferentes escalas. Incluído ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, o projeto da Comperj - a ser realizado no município de Itaboraí - trazia promessas de desenvolvimento para a cidade vizinha, São Gonçalo, mas foi interrompido em 2015. Hoje, os municípios lidam com problemas ambientais graves sem sequer terem desfrutado dos benefícios econômicos que supostamente justificariam os riscos do empreendimento.

Uma operação da escala da Comperj demandava um robusto projeto de infraestrutura urbana, as principais medidas efetivamente adotadas em relação a isso se limitaram à função de

transportes de cargas e produtos para dentro e fora do complexo através de rodovias. Destaco aqui o trecho “A” do Arco Metropolitano e a estrada de transporte de cargas especiais ultra pesadas e de grandes dimensões do COMPERJ (HUOS, do inglês “Ultra Heavy Over Size”) que liga o complexo ao píer da Praia da Beira, em Itaoca.

Sobre o Arco Metropolitano, observa-se que “A concepção da rodovia tem a logística como sua principal finalidade, considerando a ligação entre dois pólos econômicos” (TÂNGARI; REGO; MONTEZUMA, 2012, p.32) pois faz a ligação entre a Comperj e o complexo portuário e siderúrgico na baía de Sepetiba. Dez anos atrás, em 2012, durante o vigésimo quinto aniversário do PROARQ, foi publicado um livro⁶ que tratava dos possíveis efeitos da efetivação do Arco Metropolitano sobre a paisagem e a sociedade.

Segundo o relatório do EIA-RIMA, elaborado em 2007 (DER,2007), o projeto do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro está em estudo desde a década de 1970, quando foi definido o traçado da rodovia RJ-109. Desde então, o projeto vem sofrendo modificações e aperfeiçoamentos, sendo considerado como etapa essencial ao desenvolvimento da estrutura viária do Estado. Em 2007, o Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), classificou a interligação entre a BR-101/Norte e a BR-101/Sul como obra prioritária para o desenvolvimento do Estado do rio de Janeiro (TÂNGARI; REGO; MONTEZUMA, 2012, p.29).

As obras da Comperj foram paradas em 2014, a estrada HUOS se tornou uma rota logística do narcotráfico, ligando as comunidades do Salgueiro e de Jardim Catarina. A via abandonada pelo setor público e privado foi apropriada para outros fins. Somando-se ao problema de segurança pública, sua construção inadequada ocasionou uma série de problemas ambientais, com repetidas enchentes e impactos na fauna e flora locais. Episódio que foi motivador de uma ação da Secretaria de Meio Ambiente do município de São Gonçalo contra a Petrobrás, através da qual foi exigida uma compensação de R\$170 milhões por infração ambiental.⁷

A BORDA DA CIDADE, UM CASO DE ABANDONO?

A estruturação dos passos metodológicos para alcançar respostas bastante objetivas sobre a representação de tal paisagem, interferida por interesses diversos, e sempre considerada uma “borda”, seguiu alguns caminhos que fazem parte da dissertação de mestrado em andamento de um dos autores do artigo. Para esta parte da dissertação, que se preza a apresentar as variadas paisagens representadas pela população local, as etapas foram:

- 1) Contextualização bibliográfica, conceituação teórica e análise do discurso, reconhecendo a imagem propaganda do bairro das Palmeiras, em São Gonçalo;
- 2) Reconhecimento do território através de walkthrough e anotações em caderno de campo com elaboração de mapas e croquis. Esse registro foi realizado ao longo de um percurso pela Estrada das Palmeiras, principal via do complexo, durante o início da tarde e à noite em dias comerciais.
- 3) Até o presente momento foram realizadas entrevistas com dez residentes de diferentes áreas do complexo para compreender como são construídas as muitas representações do Salgueiro a partir da ótica local em suas variadas camadas territoriais.

⁶ TÂNGARI; REGO; MONTEZUMA, 2012.

⁷ Comunicação da Prefeitura de São Gonçalo, 2016.

- 4) Elaboração de uma síntese analítica das múltiplas paisagens locais no Bairro Palmeiras, em São Gonçalo.

A POPULAÇÃO DO OUTRO LADO DA VIA EXPRESSA - análises

Notamos como alguns elementos de infraestrutura urbana são apropriados como grandes influenciadores na construção do território do Bairro Palmeiras. O complexo do Salgueiro, em especial, é delimitado por marcos físicos naturais bastante claros como a bacia do rio Alcântara e a área de proteção ambiental de Guapimirim. Contudo, no início do trajeto, o que chamou atenção foi como o trecho da rodovia BR101 destaca a comunidade do restante da cidade e gera uma situação de isolamento. Tal elemento se torna um marco de contenção e se reproduz nas falas dos moradores.

Em uma comunidade estigmatizada pelo conflito, foi possível observar a frequência com que patrulhas policiais guardam este que é um dos únicos acessos que separam a comunidade da cidade chamada “formal”. Frequência tal que pôde ser confirmada pelo *street view* do *google maps*. O mesmo ocorre com guarnições criminosas que geralmente demarcam pontos de vigia dentro da comunidade.

Além dos problemas de segregação espacial, foi possível perceber na comunidade as consequências das políticas econômicas criticadas por Gudynas (2019) e Meschkat (2016). Expresso em diversos relatos e presentes nos danos locais, é importante colocar que em 2016 houve uma enchente de grandes proporções na região, onde muitas pessoas foram prejudicadas e perderam seus bens. Algumas dessas pessoas, moradores atuais, relatam ter escapado de casa boiando sobre um colchão. Alegam também que esses problemas são recorrentes desde a construção da HUOS (Fig. 2).

Fig.2- População sendo resgatada em botes. Autor: Kiko Charret, 2019.



Fonte: Jornal “O São Gonçalo”, 2019.

Apesar da fragilidade social em que se encontra grande parte dos residentes do bairro Palmeiras, as maiores medidas de infraestrutura urbana aplicadas à localidade ignoram as suas demandas. Enquanto as casas não têm saneamento básico e enfrentam graves problemas no abastecimento de água potável, Grandes rodovias como a BR-101 destacam a comunidade do resto da cidade, em diferentes camadas de segregação. Sobre a situação das comunidades próximas a trechos do Arco Metropolitano pode-se afirmar que:

Sob o ponto de vista social, no entanto, as condições de deterioração observadas, à medida que as políticas públicas não avançam no sentido de reequilibrar investimentos públicos para habitação, transportes, serviços públicos e saneamento, geram a ocupação desigual no território e a ameaça constante de grandes desequilíbrios ambientais. (...) As pressões para a ocupação de Áreas de preservação Permanente – APP's referentes às encostas florestadas, orlas de rios, lagoas e canais e áreas ocupadas por áreas úmidas e banhados- coincidem com a condição de não valorização dessas áreas pela sociedade, que imputa às populações que as ocupam o ônus pela sua degradação. (TÂNGARI; REGO; MONTEZUMA, 2012, p.45).

O mesmo problema não pode ser atrelado a uma suposta falta de acesso à recursos laborais teóricos, visto que existe uma grande produção Acadêmica e técnica no assunto. Em 2016, o Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente, da COPPE/UFRJ, produziu um interessante material sobre os impactos ambientais das obras da Comperj com uma detalhada análise de contexto⁸. Sabemos, portanto, das consequências de uma série de desmedidas governamentais em diferentes esferas que em uma relação desproporcional de poder favorecem algumas classes em detrimento de outras. Isso se pode observar quando, na prática, o capitalismo se apropria do discurso ecológico para gerar lucro ou validar uma ideologia, enquanto o que resta para a periferia é no lugar da expectativa por empregos e espaços públicos de qualidade ter estagnação, aumentando a sensação de impotência daqueles que não têm voz. Em seu artigo⁹, Ticianne de Souza tratou desse problema ideológico:

Assim, através da ideologia, as normas e leis do Estado que favorecem a classe dominante se apresentam como legítimas, justas, boas e válidas para todos. A função do discurso ideológico assumido pelo Estado tem como objetivo impedir que as classes dominadas fiquem indignadas e se revoltam com a sua situação de dominação, ao passo que a realidade dessa situação de dominação é substituída pela ideia de interesse geral protagonizado pelo Estado. (CHAUÍ, 1980, apud SOUZA, 2014, pg.48)

⁸ Foram produzidos mais de um documento, à fins de exemplificar eu cito o título “Reavaliação Ambiental Estratégica da Área de Abrangência da Baía de Guanabara e Região do Entorno do COMPERJ”

⁹ Planejamento urbano e ideologia: uma análise do Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Fig.3 Mapa síntese de análise de campo por meio de walkthrough



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a produção do espaço construído não pode ser indiferente às necessidades locais, sociais e culturais, reforçando o papel que a sustentabilidade social tem em preconizar as necessidades de uma comunidade. Portanto, este artigo demonstrou que diante de tantas ações de interferência sem controle das consequências ambientais e sociais, a população do Bairro Palmeiras acabou naturalizando um estado de discriminação ambiental e assumindo tal imagem como sua representativa. A paisagem do bairro, por meio das representações de seus moradores, é falha e pouco estruturante - como a imagem que tem de si mesmos.

Como parte de uma pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento, cujos resultados e conclusões são preliminares, alguns fatos já se enunciam para a continuidade do trabalho. O Rio de Janeiro, em quase todas as suas áreas de “borda”, tem incidentes socioambientais graves pela falta de políticas públicas adequadas. Sem uma reflexão sobre a valorização do extrato social que habita tais lugares, não há desenvolvimento pleno da comunidade nem da urbanidade. Somente com a justa participação de todos os agentes envolvidos é possível alcançar os ideais elencados para a sustentabilidade, conforme Pierre Fernandez colocou em sua palestra (2022).

Entendendo a definição de Besse (2014) da paisagem como projeto, mas buscando um projeto emancipatório, enfatizamos neste artigo a urgência de uma nova organização da sociedade que habita bordas e periferias, uma que faça proveito de toda a produção científica - que já é ofertada pela academia - por meio de debates proximais, que devem ser exercitados a partir dos dilemas vivenciados pelos praticantes das cidades-borda.

Nesta via, busca-se um debate em favor dos que sofrem os efeitos colaterais do suposto progresso, lidando com a subjetividade do excluído para tratarmos de forma justa a realidade fragmentada do território brasileiro, onde existem várias camadas superpostas de segregação. Para que a sustentabilidade se torne factível, e não um mero conceito, é preciso que morfologia, espacialidade e urbanidade sejam discutidas em favelas, como “dever de casa” para toda a área urbana do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. O gosto do mundo. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

BORGES, Cícero. Meio Ambiente reúne informações para repassar à Petrobras. **Comunicação da Prefeitura de São Gonçalo**, São Gonçalo, 13 abr. 2016. Disponível em: <<https://servicos.saogoncalo.rj.gov.br/imprime.php?cod=6424>>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Brundtland. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CANDIDO, D'Jeanine. As transformações espaciais resultantes da inserção de redes técnicas em São Gonçalo: o Sistema UHOS (Ultra Heavy Over Size) e a sua refuncionalização com o projeto Cidade da Pesca. **Espaço e Economia**, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/7063>> Acesso em: 28 out. 2022.

COMPLEXO DO SALGUEIRO, em São Gonçalo, amanhece com ruas completamente alagadas: Botes foram usados para retirar a população do local. **O São Gonçalo**, São Gonçalo, abr. 2019. Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/58660/complexo-do-salgueiro-em-sao-goncalo-amanhece-com-ruas-completamente-alagadas>>. Acesso em: 28 out. 2022.

FERNANDEZ, Pierre. **História de um caminho partilhado**. Palestra ministrada no canal do youtube do PROARQ, 29 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7DtR0ue8Izk&t=6953s>>. Acesso em: 28 out. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza - ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.

MESCHKAT, Klaus. Os governos progressistas e as consequências do neoextrativismo: Interesse geral da nação versus interesses particulares. in: *Descolonizar o imaginário*. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MORAES, Thais Schlenz de. **Mapeamento e Monitoramento: ferramentas preventivas em prol da redução de desastres no município de São Gonçalo/RJ**. Dissertação (mestrado profissional em defesa e segurança civil) - Programa de Pós-graduação em Defesa e Segurança Civil. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

Reavaliação Ambiental Estratégica da Área de Abrangência da Baía de Guanabara e Região do Entorno do COMPERJ. **Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.lima.coppe.ufrj.br/images/documentos/projetos/comperj/Relatorio-Executivo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2022.

SOUZA, Ticianne Ribeiro de. **Planejamento urbano e ideologia: uma análise do Plano Diretor do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**. Revista e-metropoles. Rio de Janeiro, n.19, dez. 2014.

TÂNGARI, Vera Regina; REGO, Andrea Queiroz; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins (Orgs.). **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: Integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU-UFRJ, 2012.